



## Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Raul Soares – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

## Sumário

1	Introdução .....	10
2	Metodologia .....	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico .....	15
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto .....	24
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados .....	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Raul Soares .....	26
3.1	Caracterização Geral .....	26
3.2	Análise Temática .....	36
3.3	Clipping de Notícias .....	84
3.4	Textos Acadêmicos .....	86
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas .....	90
4.1	Turismo .....	90
4.2	Cultura .....	91
4.3	Esporte e Lazer .....	91
5	Avaliação de Impactos .....	95
5.1	Metodologia .....	95
5.2	Resultados .....	115
6	Créditos e Referências .....	120
	Entrevistados no município .....	120
	Equipe Técnica .....	120

Referências .....	124
-------------------	-----

## Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone .....	21
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais .....	22
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais .....	22
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce .....	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva .....	23
Figura 6 Mapa de localização município de Raul Soares .....	31
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Raul Soares .....	40
Figura 8 Parque de Exposição Wiron Francisco de Souza Xavier e EMATER - MG .....	56
]Figura 9 EMATER/MG de Raul Soares .....	59
Figura 10 Represa Cachoeira do Emboque .....	60
Figura 11 – Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura .....	62
Figura 12 Encenação da Paixão de Cristo – Associação Teatral Raulsoarense, em 2009.	73
Figura 13 Apresentação da Corporação Musical Raulsoarense .....	74
Figura 14 Acervo da Prefeitura de Raul Soares .....	76
Figura 15 Desenhos dos alunos da E.M.C. João Domingos .....	78
Figura 16 Nuvem de termos do clipping de Raul Soares .....	86
Figura 17 Modelo de Gráfico de Radar .....	101
Figura 18 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos .....	102

Figura 19 Classificação da Significância de Impactos .....	103
--	-----

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Raul Soares .....	35
Gráfico 2 Impacto na imagem do município .....	117

## Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR .....	18
Tabela 2 IDHM e seus componentes - Raul Soares e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010) .	32
Tabela 3 PIB (1.000,00 R\$) de Raul Soares e de Minas Gerais (2010 – 2013) .....	34
Tabela 4 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Raul Soares e Minas Gerais (2000 e 2010).....	36
Tabela 5 Síntese do inventário de oferta turística – Raul Soares.....	38
Tabela 6 Meios de hospedagem .....	48
Tabela 7 Equipamentos de alimentos e bebidas .....	49
Tabela 8 Serviços de transporte .....	55
Tabela 9 Locais e Templos de Fé/Edificações .....	57
Tabela 10 Despesas previstas e liquidadas – Prefeitura e Função Cultura – Raul Soares (2014 e 2015) .....	66
Tabela 11 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Raul Soares (2013-2017) .....	68
Tabela 12 Valores repassados para o município segundo o critério do ICMS Patrimônio Cultural – Raul Soares (2014-2016) .....	68
Tabela 13 Indicadores selecionados da dimensão Cultura – Raul Soares (2007-2013): Índice Mineiro de Responsabilidade Social.....	69

Tabela 14 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca .....	70
Tabela 15 Atrativos Culturais.....	71
Tabela 16 Calendário Cultural .....	75
Tabela 17 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer .....	83
Tabela 18 Clipping de notícias de Raul Soares .....	84
Tabela 19 Síntese de citações .....	87
Tabela 20 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão .....	96
Tabela 21 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais .....	98
Tabela 22 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais .....	118
Tabela 23 - Listagem de participantes de reunião institucional em Raul Soares.....	120
Tabela 24 Equipe técnica .....	120

## LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



**Introdução**

## 1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Raul Soares, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório<sup>1</sup> e compensatório<sup>2</sup>, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

---

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico<sup>3</sup>, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Raul Soares aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

---

<sup>3</sup> Diagnóstico Socioeconômico, Município de Raul Soares/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Raul Soares. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se, que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico<sup>4</sup>; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

---

<sup>4</sup> Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



**Metodologia**

## 2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica<sup>5</sup> da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

### 2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

---

<sup>5</sup> Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos

conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que, com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

*Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR*

<b>INVTUR</b>	<b>Tipo de informação</b>	<b>Como obter a informação</b>
<b>Formulário A1</b>	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
<b>Formulário A.2.2</b>	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
<b>Formulário A4</b>	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
<b>Formulário A7</b>	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
<b>Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)</b>	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
<b>Módulo C</b>	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
<b>Formulário de Eventos</b>	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
<b>Formulário de Gastronomia</b>	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização<sup>6</sup>. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

---

<sup>6</sup> O TapSee permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



*Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



*Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



*Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



*Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



*Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

## **2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto**

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

## **2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados**

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



**Diagnóstico**

### **3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Raul Soares**

#### **3.1 Caracterização Geral**

##### **3.1.1 Histórico de Ocupação do Município**

Os irmãos Casemiro e Domingos Lana foram os primeiros posseiros da região entre os rios Matipó e Santana, onde hoje se localiza a cidade de Raul Soares. Depois de algum tempo, venderam suas terras para terceiros, até que as irmãs de Francisco Alvez do Vale doaram parte das terras para a construção de uma igreja em homenagem a São Sebastião (IBGE, 2016).

No início, a vila era chamada de São Sebastião de Entre Rios e com este mesmo nome se tornou distrito de Ponte Nova, pela Lei Nº 143 em 3 de fevereiro de 1902, e, no ano de 1911, já pertencia a Rio Casca. Através da Lei Estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, o distrito de São Sebastião de Entre Rios é desmembrado de Rio Casca, com a sede distrital elevada à vila, sendo integrado à Matipó (IBGE, 2016).

A Lei Estadual nº 862, de 19 de setembro de 1924, transformou a vila no município de Raul Soares (IBGE, 2016).

##### **3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura**

A área na qual Raul Soares está situada corresponde a 772,23 Km<sup>2</sup>, pertencendo à Mesorregião da Zona da Mata e à Microrregião de Ponte Nova (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média anual é de 21,2° C.

Seus municípios limítrofes são: Caratinga, Bom Jesus do Galho, Córrego Novo, São Pedro dos Ferros, Abre Campo, Caputira, Vermelho Novo e Santa Bárbara do Oeste. O município é, ainda, formado pela sede e pelos distritos de Bicuíba, Santana do Tabuleiro, São

Sebastião do Óculo, São Vicente da Estrela e Vermelho Velho (IBGE, 2016; MINAS GERAIS, 2016).

### 3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, a população de Raul Soares em 2016 era de 24.381 mil habitantes e sua densidade demográfica de 31,20 habitantes por km<sup>2</sup> (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Raul Soares foi de -0,61%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município registrou -0,19%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença acentuada (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 58,88%, em 2000, ascendeu em 10 anos, passando para 65,01%, em 2010. Valor expressivamente mais elevado pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016).

*Tabela 1 Taxa de urbanização de Raul Soares e de Minas Gerais (%)*

		1991	2000	2010
<b>Raul Soares</b>	População urbana	49,37	58,88	65,01
	População rural	50,63	41,12	34,99
<b>Minas Gerais</b>				
<b>Minas Gerais</b>	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Raul Soares era composta por 49,24% de homens e 50,76% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,2% e 50,8%, respectivamente, não observando-se, portanto, diferenças significativas (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Raul Soares, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 33,2%, em 1991, para 16,8%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

O percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (7%, em 1991, para 13,6%, em 2010), por sua vez, é inferior ao encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Ademais, observa-se que, em 2010, somente 5,5% da população de Raul Soares possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Raul Soares possuem maior escolaridade. Destaca-se, porém, que o percentual da população que completou mais anos de estudo apresenta diferenças expressivas em relação à média dos municípios mineiros.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento<sup>7</sup>, observa-se que em Raul Soares, no ano 2000, a razão de dependência foi de 56,25%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 50,95%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 9,64% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

---

<sup>7</sup> A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

*Tabela 2 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Raul Soares e Minas Gerais*

		1991	2000	2010
<b>Raul Soares</b>	Razão de dependência	68,69%	56,25%	50,95%
	Taxa de envelhecimento	7,62%	9,64%	12,21%
<b>Minas Gerais</b>	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Identifica-se, assim, haver diferenças significativas entre os valores atribuídos a Raul Soares e o estado, tanto naquilo que se refere à razão de dependência, quanto à taxa de envelhecimento.

### 3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O principal acesso a Raul Soares se dá pela via terrestre, contando o município com estação rodoviária<sup>8</sup>.

Raul Soares é atendido pela MG-329<sup>9</sup>, situando-se a 231 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Ponte Nova (70 Km) e Caratinga (69 Km). O transporte intermunicipal é realizado principalmente pelas empresas Viação Raulsoarense e Pássaro Verde (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

<sup>8</sup> Endereço: Avenida Getúlio Vargas, centro.

<sup>9</sup> A MG-329 se liga à BR-120.

Já o acesso ao meio ferroviário se dá por meio de estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que localiza-se em Ipatinga. Quanto ao transporte aéreo, o Aeroporto da USIMINAS, também em Ipatinga, constitui-se na opção mais próxima (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Raul Soares conta com as empresas Oi, Tim, Vivo e Claro como as principais operadoras de serviços de telefonia e internet móveis. O município possui uma emissora de rádio, sendo esta a Rádio UAI FM 90.7.

A Figura 6 abaixo aponta à localização e, as principais vias de acesso ao município de Raul Soares.

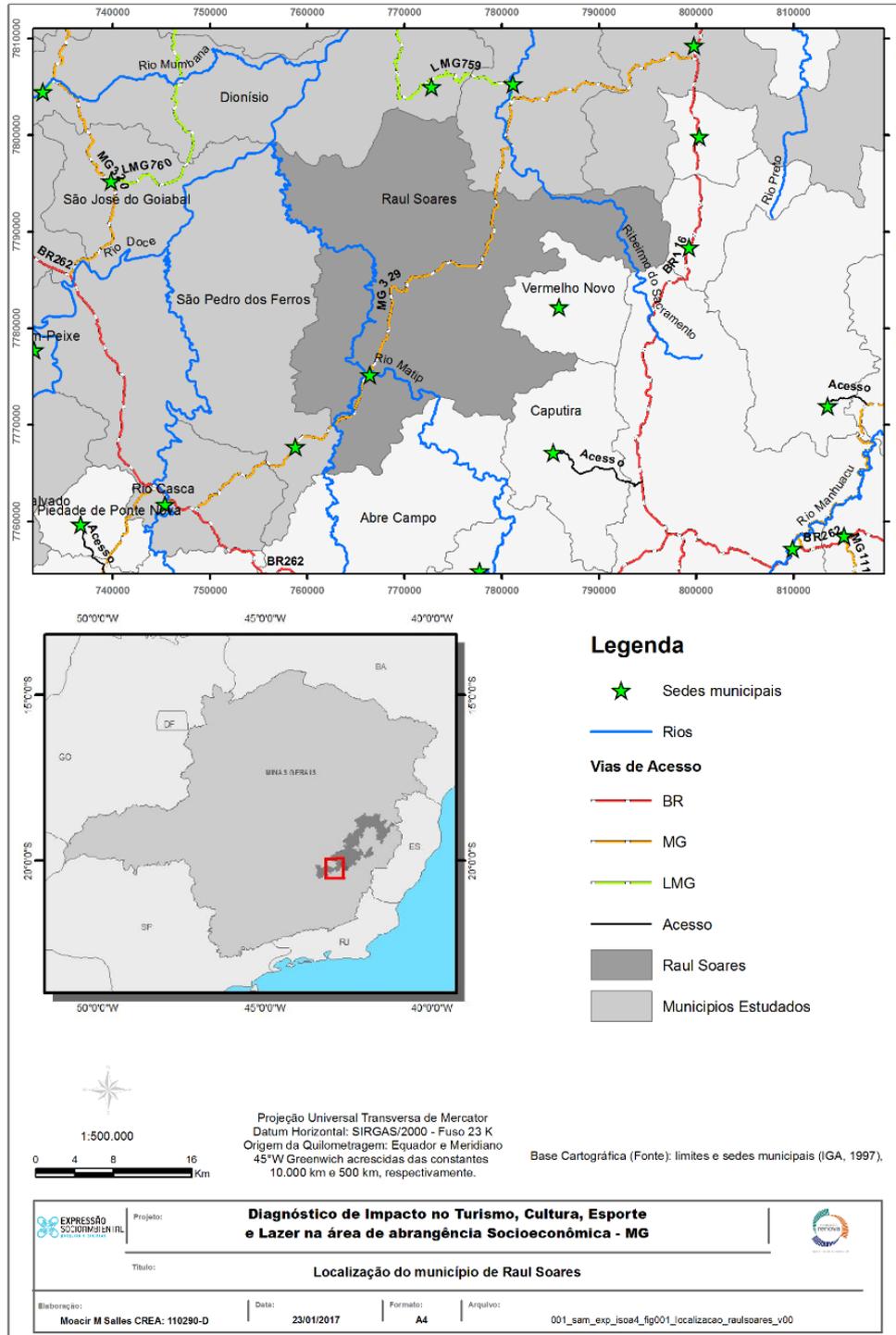


Figura 6 Mapa de localização município de Raul Soares

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Raul Soares, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,246 do IDHM total, 0,110 do IDHM longevidade, 0,152 no IDHM renda e 0,331 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

*Tabela 2 IDHM e seus componentes - Raul Soares e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)*

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
<b>Raul Soares</b>	0,409	0,548	0,655	0,713	0,747	0,823	0,506	0,617	0,658	0,189	0,358	0,520
<b>Minas Gerais</b>	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,68	0,73	0,257	0,47	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Raul Soares foi de 0,655 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,189 para 0,520. O índice referente a longevidade merece destaque, tendo alcançado 0,823 pontos em 2010 e, portanto, posicionando-se próximo ao patamar verificado para o índice de Minas Gerais.

No entanto, observa-se que o IDHM de Raul Soares manteve-se constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

### **3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas**

#### **3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta**

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macro estrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Raul Soares, é possível identificar que o PIB do município teve significativa oscilação no período entre de 2011 a 2013, apresentando taxa de crescimento de 18,4%, entre 2010 e 2011, decréscimo de 1,1%, em 2012, e voltando a apresentar crescimento de 1,5%, em 2013.

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 6,26% no período 2011-2013, sendo esta superior a do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Raul Soares cresceu significativamente mais que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

*Tabela 3 PIB (1.000,00 R\$) de Raul Soares e de Minas Gerais (2010 – 2013)*

Localidade	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
<b>Raul Soares</b>	251,745	18,4	249,101	-1,1	252,878	1,5
<b>Minas Gerais</b>	619.103	7,0	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua baixa evolução no período, sendo de R\$8.925,05, em 2010, e R\$10.354,08, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135), embora não de modo significativo (PRÁXIS, 2016).

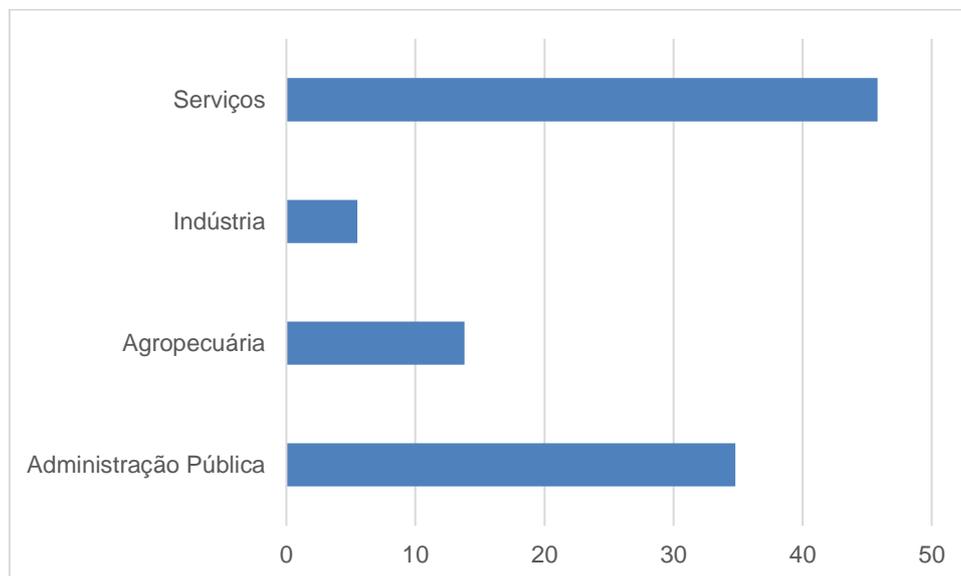
### 3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Raul Soares encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 34,8% e 45,8%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública. Cabe ressaltar, ainda, os altos valores atribuídos ao setor de serviços no estado e, sobretudo, no município.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Raul Soares



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 5,5% e 13,8%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Observa-se, portanto, diferença significativa, sobretudo naquilo que se refere ao setor industrial (PRÁXIS, 2016).

### 3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Raul Soares possuía 9.816 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 10.550 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

*Tabela 4 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Raul Soares e Minas Gerais (2000 e 2010)*

Localidade	2000	2010
Raul Soares	9.816	10.550
Minas Gerais	5.058.328	6.806.149

Fonte: SIDRA IBGE

Em 2014, a agropecuária era responsável por 340 empregos em 125 estabelecimentos, enquanto a indústria, especificamente de transformação, empregava 142 pessoas em 28 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 507 pessoas em 2 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

### 3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística, identificou-se que Raul Soares conta com Lei Orgânica, publicada em 1990, e Plano Diretor, editado em dezembro de 2016. Além disso, o município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente (Lei nº 2.220/2013) e Fundo Municipal de Meio Ambiente.

## 3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Raul Soares. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas<sup>10</sup>. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Raul Soares para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais. Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar em Raul Soares 84 bens, serviços e atrativos.

---

<sup>10</sup> No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

*Tabela 5 Síntese do inventário de oferta turística – Raul Soares*

<b>Tipo de manifestação</b>	<b>Total inventariado</b>
<b>Equipamentos de apoio turístico</b>	<b>41</b>
Equipamento de hospedagem	4
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	22
Transporte	6
Locais/templos de manifestação de fé	7
Serviços e equipamentos para eventos	1
Outro serviço e equipamento turístico	1
<b>Equipamentos Culturais</b>	<b>8</b>
Meios de Comunicação	4
Equipamentos Culturais	4
Equipamentos de Esporte e Lazer	4
Equipamentos de Esporte e Lazer	4
<b>Atrativos</b>	<b>15</b>
Atrativo natural	2
Atrativo cultural	13
<b>Diversidade Cultural</b>	<b>16</b>
Grupos Culturais	5
Calendário Cultural	11
Gastronomia	0
<b>Total</b>	<b>84</b>

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.

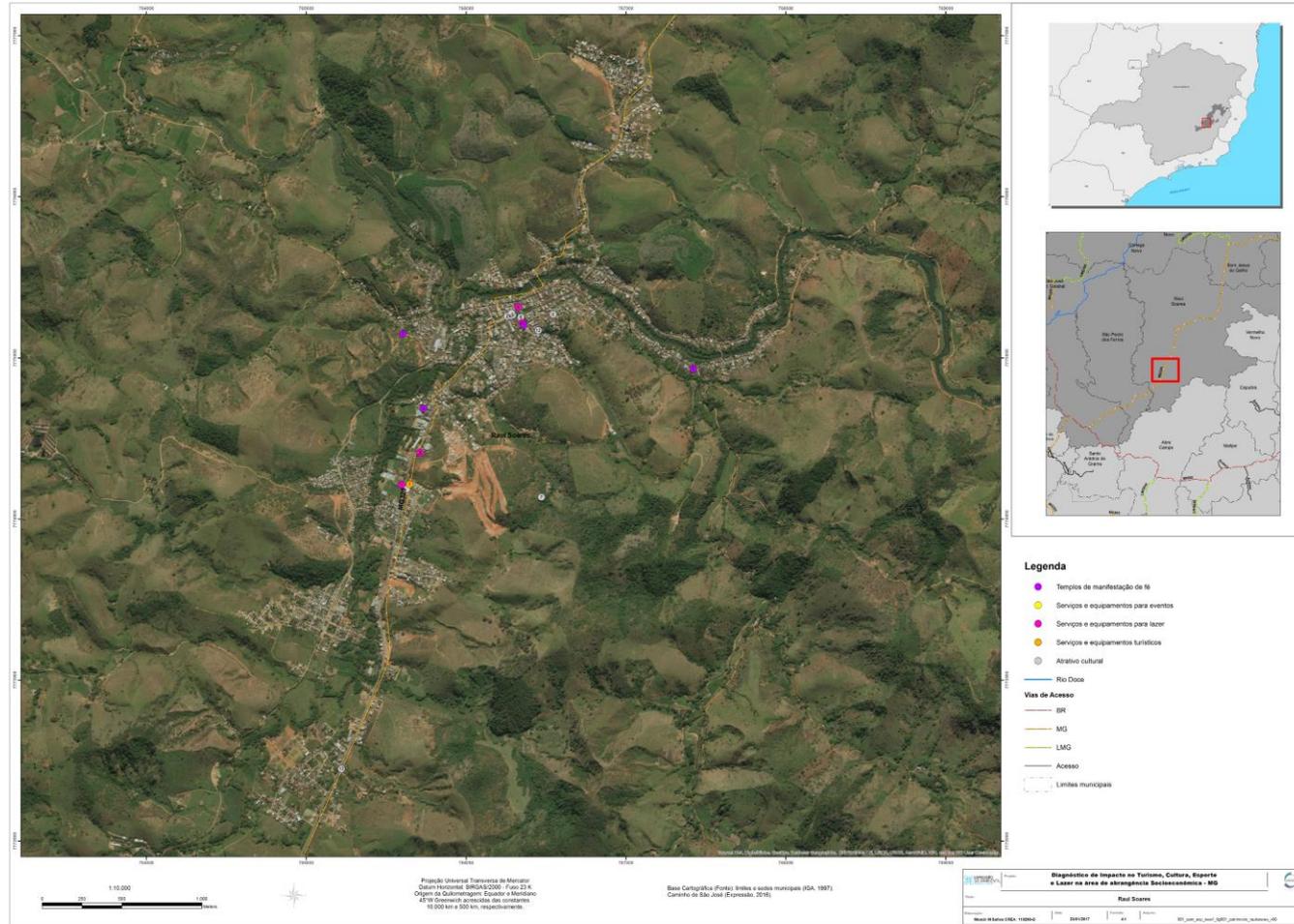


Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Raul Soares

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

## 3.2.1 Turismo

### 3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

### 3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

De acordo com as diretrizes nacionais do setor turístico, os municípios demandam um aparato institucional para constituir seu sistema de turismo, dispondo de órgão específico para o setor, Conselho, Fundo e Plano, além de participar do programa de regionalização e do ICMS turístico, este último prerrogativa específica de Minas Gerais. O Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, avalia, entre outras variáveis, a “Organização Turística do Município<sup>11</sup>”. Este indicador se refere à

---

11 O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa

participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, Raul Soares ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época, apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas (FJP, 2013).

O município possui órgão responsável pela gestão da política de turismo, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Para orientar a sua atuação, o referido órgão dispõe de Política Municipal de Turismo, instituída pela Lei nº. 2.231 de 2013. Esta se refere ao “planejamento e ordenamento do setor, com a finalidade de promover o desenvolvimento turístico local, como alternativa de desenvolvimento econômico e social do município”. Ainda conforme a Lei, “o turismo no município de Raul Soares se pautará nos princípios de participação, da sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional e da integração” (Art. 3º).

Ademais, a Política Municipal de Turismo de Raul Soares prevê que façam parte da gestão do setor o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável (PMDTS) e as Normas de Incentivo Fiscal para o Turismo.

Portanto, Raul Soares possui a legislação central naquilo que se refere ao suporte institucional ao desenvolvimento turístico, orientando e normatizando a criação e funcionamento dos principais órgãos responsáveis pelo setor, bem como prevendo a implementação da ferramenta de planejamento da atividade, o PMDTS.

O Art. 5º da Lei 2.231/2013, que institui a Política Municipal de Turismo, define que: “O Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável, de caráter plurianual, será implantado pelo Município sob a orientação e coordenação do Conselho Municipal de Turismo,

---

estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

obedecendo aos princípios estabelecidos no Artigo 3º desta lei, estabelecendo diretrizes para o ordenamento da atividade, compatibilizando o atendimento das necessidades sociais e econômicas dos atores envolvidos na atividade turística com as necessidades de preservação do ambiente, dos recursos naturais, da cultura, dos costumes, buscando promover a sustentabilidade do turismo local”.

Segundo o gestor público entrevistado, o município possui PMDTS, ainda que este não esteja estabelecido por legislação específica. De acordo com ele, o PMDTS foi elaborado com a participação da sociedade civil, representada pelo Conselho Municipal de Turismo, a fim de contemplar as demandas da comunidade, dos empresários e demais organizações direta e indiretamente envolvidas na atividade turística local. Todavia, na pesquisa em fontes de dados primários e secundários, o referido Plano não foi encontrado.

Quanto ao PMT, salienta-se que este se constitui na principal ferramenta de planejamento para o desenvolvimento da política de turismo municipal. Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, o PMT possui horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, devendo ser reelaborado com base em mudanças no cenário socioeconômico e cultural do município, a fim de definir adequadas estratégias para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município

:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

#### 3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

O município possui Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, mecanismo de participação e controle social da gestão da Política Municipal de Turismo, instituído pela Lei nº 1.865 de

2001, que foi revogada pela Lei nº 2.267 de 2015. O COMTUR possui caráter consultivo e deliberativo, sendo sua representação majoritária da sociedade civil, conforme descrito a seguir:

“Art. 2º - O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, será constituído por membros titulares e suplentes, sendo representantes do Poder Público e da sociedade civil.

I – Executivo Municipal:

- a) Um representante da Secretaria Municipal de Administração;
- b) Um representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- c) Um representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- d) Um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- e) Um representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços.

II – Sociedade Civil:

- a) Um representante do setor hoteleiro;
- b) Um representante do setor gastronômico (bares, lanchonetes e restaurantes);
- c) Um representante de associação comercial e, ou, industrial de Raul Soares;
- d) Um representante de entidade de finalidade cultural envolvido em atividades de proteção e preservação do patrimônio cultural e histórico do município;
- e) Um representante da classe de empresários, e, ou, empreendedores com atividades que envolvem o turismo;
- f) Um representante de entidade com finalidade turística e, ou ambiental que tenha envolvimento com os locais considerados de grande potencial turístico no município.”

Segundo a SETUR/MG (2014), o COMTUR é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia,

essencial para uma gestão participativa”. Nesse sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima.

### 3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

A Fundação João Pinheiro mensura o esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo<sup>12</sup>”. Desse modo, verifica-se que “Os gastos orçamentários de Raul Soares na subfunção turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009” (FJP, 2013).

O município possui Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, instituído pela Lei nº 1.863 de 2001, que encontra-se em funcionamento. A gestão do Fundo é atribuição do Secretário Municipal de Administração e Fazenda, segundo o gestor público entrevistado. As fontes de recursos para o FUMTUR são provenientes de dotação orçamentária própria, salientando-se que ainda não foram aprovados projetos.

Informa-se que o município dispõe de Legislação de Incentivo ao Turismo, a qual possui dispositivo de desconto em pagamentos de ISS e IPTU.

### 3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O Município de Raul Soares participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, integra a política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs), principal

---

12 O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo (FJP, 2013).

instrumento de gestão estadual, por meio do qual os municípios podem se inserir na regionalização do turismo.

Raul Soares está inserido no Circuito Turístico Montanhas e Fé, “que abriga um conjunto de onze municípios da região da Zona da Mata, Norte do Estado de Minas Gerais, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se uniram para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, consolidando uma identidade regional”, conforme informação constante no sítio institucional do referido circuito<sup>13</sup>.

Porém, Raul Soares não participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo que visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasse financeiro mensal, além de estimular a formatação/implantação, por parte dos mesmos, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

### 3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

Raul Soares possuía Inventário de Oferta Turística quando da realização do levantamento de dados em campo pela empresa Expressão Socioambiental, em 2016. Dessa forma, o trabalho de campo se desenvolveu de modo a atualizar os dados no INVTUR e, ainda, a ampliar as informações identificadas no município, nos diversos segmentos pesquisados.

#### 3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”.

Com base em tal definição, foram inventariados três meios de hospedagem em Raul Soares. Ressalta-se que constavam quatro meios de hospedagem no Inventário de Oferta Turística

---

13 [http://www.montanhasefe.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=102&Itemid=169](http://www.montanhasefe.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=102&Itemid=169)

até então existente no município. Contudo, nos levantamentos de campo realizados pela Expressão Socioambiental, em 2016, um encontrava-se fechado.

Somada a infraestrutura de todos os meios de hospedagem inventariados, o município possui, atualmente, 65 unidades habitacionais, totalizando 150 leitos.

A seguir, apresentam-se os meios de hospedagem inventariados em 2016:

- Hotel Santo Antônio;
- Hotel Cecília;
- Sítio Dona Inácio.

*Tabela 6 Meios de hospedagem*



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Foram identificados 21 estabelecimentos de Alimentos e Bebidas que prestam serviços remunerados. Cabe ressaltar que o responsável por um deles não se dispôs a responder o questionário aplicado em campo.

Os estabelecimentos inventariados são os que se seguem:



- Restaurante e Lanchonete da Lúcia;
- Bar do Ostinho;
- Bar da Reta;
- Padaria Ideal;
- Toca do Coelho;
- Grillos Lanchonete;
- Picolés & Sorvetes Delícia Gelada;
- Panificadora e Confeitaria Paula;
- Meu Rancho Pizzaria;
- Sorvete Sol & Neve;
- Sorveteria Gellati;
- Padaria Nogueira;
- Restaurante Dona Zuita;
- Bar Ex-Porão;
- Grillos Restaurante;
- Padaria Delícias do Trigo;
- Restaurante Cheiro Verde;
- Bendito Lanches;
- Lanchonete da Ju;
- Chapa Quente Lanches;
- Bar & Pizzaria Freitas.

*Tabela 7 Equipamentos de alimentos e bebidas*

Restaurante e Lanchonete da Júlia	Bar do Ostinho
	



**Bar da Reta**



**Padaria Ideal**



**Toca do Coelho**



**Grillos Lanchonete**





### Picolés & Sorvetes Delícia Gelada



### Panificadora e Confeitaria Paula



### Meu Rancho Pizzeria



### Sorveteria Sol & Neve





**Sorveteria Gellari**



**Padaria Nogueira**



**Restaurante Dona Zuita**



**Bar Ex-Porão**





**Grillos Restaurante**



**Padaria Delícias do Trigo**

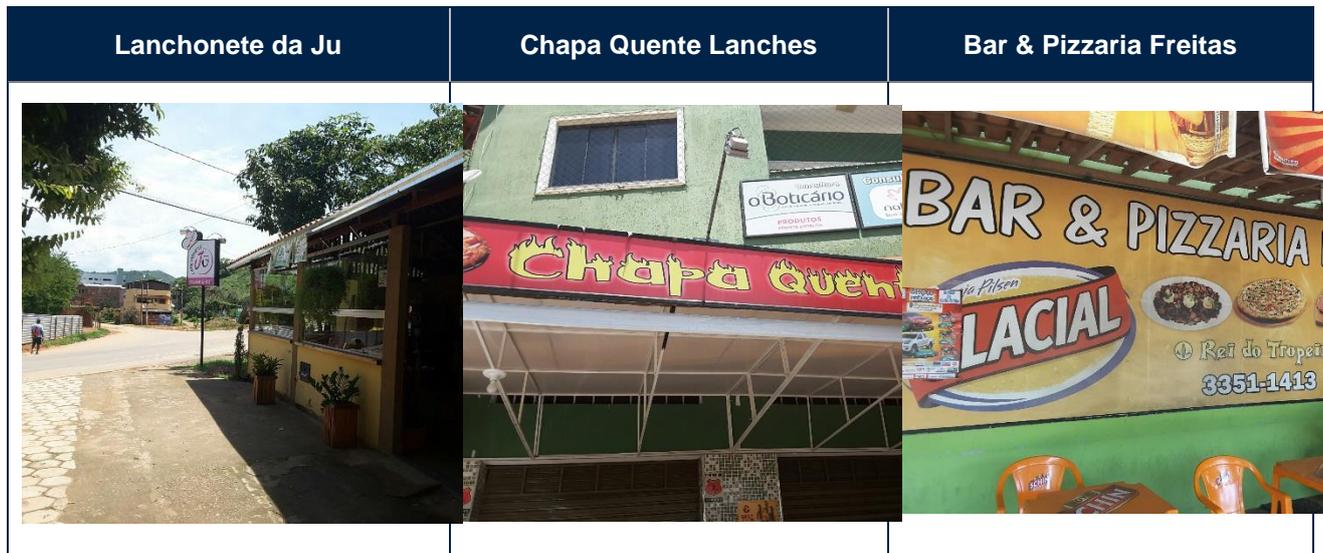


**Restaurante Cheiro Verde**



**Bendito Lanches**





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

No que diz respeito aos serviços e empresas de transporte turístico, foi identificado um ponto de táxi, localizado na Avenida Prefeito Damião, e quatro empresas de ônibus. São eles:

- Ponto de Táxi da Avenida Prefeito Wilson Damião;
- Viação Unida;
- Empresa São José LTDA;
- Viação Pássaro Verde;
- Viação Salutaris & Turismo S.A.

Tabela 8 Serviços de transporte

Taxistas da Avenida Prefeito Wilson Damião	Guichê as empresas Unida e Viação Salutaris & Turismo S.A	Guichê das empresas São José e Viação Pássaro Verde.
		
Ponto de Taxi da Feirinha	Ponto de Taxi da Praça Getúlio Vargas	
		

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.2.1.2.4 Agências de Turismo

Não foram identificadas agências de turismo durante o levantamento de dados no município de Raul Soares.

### 3.2.1.2.5 Espaço para Eventos

O Parque de Exposição Wiron Francisco de Souza Xavier foi inventariado como espaço/equipamento destinado à realização de congressos, convenções, exposição, feiras e shows.



Figura 8 Parque de Exposição Wiron Francisco de Souza Xavier e EMATER - MG

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.2.1.2.6 Locais e Templos de Fé/Edificações

Em Raul Soares, inventariou-se sete locais e templos de fé, a saber:

- Capela de São Judas Tadeu;
- Igreja Pentecostal Deus é Amor;
- Ministério Tabernáculo;
- Assembleia de Deus;
- Santuário São Sebastião;
- Comunidade Santana;
- Igreja de Santo Antônio.

*Tabela 9 Locais e Templos de Fé/Edificações*

**Capela São Judas Tadeu**



**Igreja Pentecostal Deus é Amor**



**Ministério Tabernáculo**



**Deus é Amor**





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, esses locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé presentes no município.

Do ponto de vista do Diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais, sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela União, esses templos são importantes lugares de práticas culturais, pelo viés da diversidade religiosa de Raul Soares. Também abrigam importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imaginárias, telas, indumentárias, decorações, mobiliário e objetos de culto.

### 3.2.1.2.7 Outros Serviços e Equipamentos Turísticos

A EMATER de Minas Gerais foi inventariada no rol de outros serviços e equipamentos utilizados pelos visitantes para fins turísticos, ainda que não tenham esse como seu objetivo principal.



*Figura 9 EMATER/MG de Raul Soares*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.2.1.2.8 Atrativos Naturais

O município de Raul Soares possui dois atrativos turísticos naturais identificados e inventariados. São eles:

- Represa Cachoeira do Emboque: localizada entre os distritos de Bicuda (Raul Soares) e Granada (Abre Campo), situa-se a 9 km de Raul Soares. Sua área total é de 675 hectares, sendo 300 hectares de área inundada e 375 hectares para reflorestamento. A flora está sendo reconstruída com o plantio de novas árvores e a fauna é composta principalmente por macacos, lontras e capivaras. O povoamento nativo da represa é constituído por piaus-vermelhos, lombares, bagres, traíras, timbres, mandis e acarás. O local está sendo descoberto pelos visitantes e, por isso, o maior fluxo é de moradores de Raul Soares e dos distritos próximos. O acesso à Usina depende de autorização da empresa responsável.

Atividades realizadas: banhos, pesca, canoagem, *Jet Ski*. A visita não é guiada e a entrada é paga.

- Pico do Boachá: descoberto por voadores do Clube de Caratinga, o pico tem 1.008 m de altitude e 2.720 m de desnível. Estruturalmente, possui paredes de pedras que facilitam a formação térmica, bons recordes de vôos, ventos fracos e áreas extensas e seguras para decolagem e pouso. O atrativo está localizado em propriedade particular, mas os vôos são permitidos sob a responsabilidade dos próprios pilotos.

Atividades realizadas: Vôo livre. A visita não é guiada e a entrada é gratuita.



*Figura 10 Represa Cachoeira do Emboque*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2015

## 3.2.2 Cultura

### 3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as

políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A Figura 7 a seguir apresenta o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.

Figura 11 – Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura



Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação para os municípios, 2012

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Raul Soares, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão; legislação e fontes de financiamento; mecanismos de controle e participação social; espaços e equipamentos; diversidade cultural; calendário de eventos; e política de preservação do patrimônio cultural.

### 3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política municipal de cultura em Raul Soares é atribuição da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura. Trata-se, portanto, de órgão que acumula dentre as suas funções a gestão de duas políticas setoriais.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS<sup>14</sup>, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar a política pública de cultura, articulando ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

De acordo com informações do Ministério da Cultura, Raul Soares aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, através do Acordo de Cooperação Federativa nº 01400.045381/2013-39, assinado em 10/01/2014. Em âmbito municipal, o Sistema Municipal de Cultura foi implantado através da Lei nº 2.277/2015, de 29 de junho de 2015.

A Lei contempla, em seu Art. 28, a criação e/ou reestruturação dos seguintes elementos componentes do sistema: Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC; Conferência Municipal de Cultura; Plano Municipal de Cultura; Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIIC; Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC, incluindo o Fundo Municipal de Incentivo Cultural; Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC; e Sistema Municipal de Patrimônio Cultural – SMPC. Todos os órgãos devem estar sob a coordenação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Em pesquisa de campo desenvolvida pela Expressão Socioambiental, em 2016, obteve-se a informação de que essa legislação ainda não foi regulamentada e que tampouco foi elaborado o Plano Municipal de Cultura, à época, em fase de discussão no Conselho Municipal de Política Cultural e em Conferência Municipal.

---

14 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

De acordo com dados constantes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014 <sup>15</sup>, realizada pelo IBGE, as principais ações e projetos em desenvolvimento pelo poder público municipal na área da cultura em Raul Soares são: conservação e recuperação de acervos audiovisuais; promoção do livro e da leitura; manutenção de biblioteca e arquivo públicos; desenvolvimento do turismo cultural; implantação e manutenção de calendário anual de eventos; apoio à realização de apresentações musicais, desfile de carnaval, eventos, festas e celebrações tradicionais locais.

Conforme apurado, tais ações são realizadas basicamente com recursos do orçamento municipal ou obtidos a partir de parceria com o governo estadual.

#### **3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação**

Raul Soares possui Conselho de Política Cultural, instituído em 2015 pela Lei nº 2277/2015, como principal mecanismo de participação e controle social da política cultural local. O referido órgão encontra-se ativo, possui caráter consultivo, deliberativo e normativo, e representação majoritária da sociedade civil.

Em 27/07/2015, o município realizou a primeira Conferência Municipal de Cultura e Turismo. Em entrevista com a gestora pública municipal, obteve-se a informação de que o município ainda não participou de conferências estaduais e nacionais de cultura. No entanto, os dados do Ministério da Cultura indicam que Raul Soares enviou representantes para a segunda e a terceira Conferência Nacional de Cultura.

---

15 A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

O município também conta com Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, instituído pela Lei nº 2016/2006. Este Conselho possui regimento interno, se encontra ativo, é de caráter deliberativo e sua representação é majoritariamente da sociedade civil.

### 3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

O Fundo Municipal de Cultura e o mecanismo de Incentivo Fiscal, instituídos pela Lei nº 2.277/2015, encontram-se inativos. Esta legislação autoriza o município a instituir o financiamento público da cultura através de incentivo fiscal, por meio de renúncia fiscal do IPTU e do ISS.

Já o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 2.132/2010 e está ativo. A gestão do Fundo é atribuição da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, em conjunto com o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. Suas principais fontes de recursos são: dotação orçamentária própria; repasses do ICMS Patrimônio Cultural; contribuições, transferências, subvenções, doações e outros, tais como venda de ingressos de eventos de caráter cultural.

De acordo com o Plano de Aplicação do Fundo para 2015, 50% dos recursos do ICMS Patrimônio Cultural foram destinados a reparos e manutenção dos bens inventariados, sendo eles: Fonte Luminosa da Praça Padre José Domingues; elementos desta Praça e da Praça Dr. Durval Grossi; e repasse de subvenção para manutenção das atividades da Corporação Musical Raulsoarense.

A Tabela 10 mostra os valores do orçamento municipal destinados à cultura, relativos aos anos de 2014 e 2015, que podem ser consultados no Portal Fiscalizando com o TCE - Minas Transparente<sup>16</sup>.

---

16 Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. "Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio".

Observa-se que constam cerca de R\$ 345 mil gastos na função Cultura em 2014, o que correspondeu a 1% do orçamento municipal anual executado. Desse total, mais de 90% foram destinados ao pagamento de estrutura, logística e cachês para shows em festas e eventos.

Já no orçamento de 2015, o valor da função Cultura foi ligeiramente elevado para R\$ 349 mil, mantendo-se no mesmo patamar de representação proporcional de 1% do orçamento municipal realizado. Quanto aos itens de despesa, nota-se que foram alterados em comparação com o ano anterior, ficando a promoção de festas e eventos com 70% do total das despesas em cultura e o restante distribuído entre a manutenção da Secretaria e a concessão de subvenções a instituições culturais. Nesse último quesito, foram repassados R\$ 12 mil para a Corporação Musical Raulsoarense e R\$ 47 mil para o Grêmio Recreativo Cultural Carnavalesco Bloco da Pelada.

É fundamental destacar que tal situação de distribuição dos recursos, comumente encontrada nos municípios do interior, é desfavorável à política cultural, considerando que se restringe à realização de grandes eventos de massa com pagamento de cachês expressivos para artistas regionais e nacionais. Tal tendência subtrai a possibilidade de realização de atividades voltadas para as outras prioridades da Política Nacional de Cultura, entre elas: a valorização das manifestações culturais locais e populares, o incentivo à diversidade cultural, a manutenção e apoio a grupos e artistas locais, a formação artística e cultural, a preservação e restauração do patrimônio material, a salvaguarda do patrimônio imaterial, as ações de educação patrimonial, entre outras.

*Tabela 10 Despesas previstas e liquidadas – Prefeitura e Função Cultura – Raul Soares (2014 e 2015)*

Item / Função	2014	2015
<b>Valor Atualizado Prefeitura</b>	46.825.254,90	49.263.020,19
<b>Valor Executado Prefeitura</b>	34.789.195,49	34.939.547,12
<b>Valor Atualizado Secretaria Municipal de Cultura e Turismo</b>	483.017,75	581.956,85

<b>Valor Executado Secretaria Municipal de Cultura e Turismo</b>	345.860,99	349.307,67
<b>- Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo</b>	32.323,40	57.701,99
<b>- Promoção de festas e eventos</b>	313.537,50	244.606,58
<b>- Subvenções a instituições culturais</b>	-	47.000,00

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016

OBS: foram considerados somente os valores liquidados.

O município tem participado da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural<sup>17</sup>, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade.

Conforme demonstrado na Tabela 11, Raul Soares apresentou queda significativa em sua pontuação no exercício 2015, mas também expressiva recuperação no exercício 2017, chegando a 8,41 pontos.

---

17 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao IEPHA/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao IEPHA documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

*Tabela 11 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Raul Soares (2013-2017)*

Município	Exercício 2013	Exercício 2015	Exercício 2017
Raul Soares	10,80	0,80	8,41

Fonte: IEPHA, 2016

Os valores repassados para o município, segundo o critério Patrimônio Cultural, apresentados na Tabela 12, mostraram queda contínua nos últimos anos, o que é um indicador da falta de investimento e atuação na política de proteção e promoção ao patrimônio material e imaterial.

*Tabela 12 Valores repassados para o município segundo o critério do ICMS Patrimônio Cultural – Raul Soares (2014-2016)*

Município	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016*
Raul Soares	182.608,16	16.797,25	63,05

Fonte: FJP, 2016

\* O valor do ICMS de 2016 não contém o valor repassado no mês de dezembro.

Tal situação é confirmada pelos indicadores do Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Como pode ser visto na tabela abaixo, o município apresentou redução no período de 2007 a 2013 no quesito esforço orçamentário e gasto *per capita* com atividades de preservação do patrimônio cultural. Tal situação também pode ser percebida no quesito difusão cultural, ainda que este se mantenha em patamares muito mais elevados.

*Tabela 13 Indicadores selecionados da dimensão Cultura – Raul Soares (2007-2013): Índice Mineiro de Responsabilidade Social*

Ano	Gasto per capita com atividades de preservação do patrimônio cultural	Gasto per capita com difusão cultural	Esforço Orçamentário em atividades de preservação do patrimônio cultural	Esforço Orçamentário em difusão cultural
	R\$ correntes	R\$ correntes	%	%
2007	0,73	25,04	0,1	0,7
2011	0	11,09	0	0,9
2013	0	12,08	0	0,8

Fonte: FJP, 2016

### 3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural do município se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

O município não dispõe de espaços para difusão e fruição de manifestações artísticas como teatro, sala de espetáculo ou cinema, necessários para abrigar produções locais e externas. As manifestações culturais são, em sua maioria, de cunho popular e se desenvolvem em praças e demais logradouros públicos, adiante ilustrados.

Raul Soares já havia sido contemplada com a elaboração de Inventário de Oferta Turística – INVTUR, importante instrumento de formulação de políticas públicas de cultura, turismo, esporte e lazer. Assim, as informações pré-existentes sobre espaços e equipamentos de cultura do município foram validadas e/ou atualizadas pela pesquisa de campo de 2016.

#### 3.2.2.2.1 Museus, Galerias e demais Espaços Expositivos

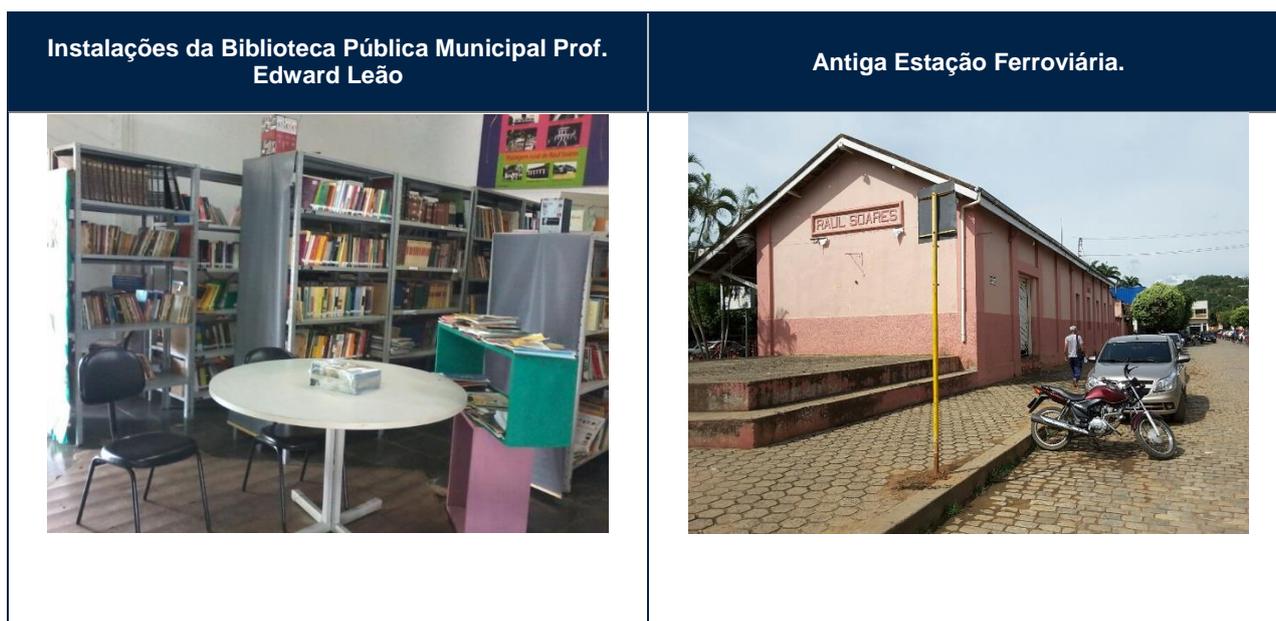
Em Raul Soares, nenhum museu foi identificado para fruição e valorização da arte e do patrimônio local. O município apresenta, porém, espaço para circo.

### 3.2.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

Raul Soares possui biblioteca e arquivo públicos, ambos geridos pelo município, equipamentos que dão suporte à educação e à pesquisa da memória social e da história do lugar.

A Biblioteca Pública Municipal Professor Edward Leão possui as seguintes características: área de 80 m<sup>2</sup>, estado de conservação regular, 369 leitores e acervo de 5 a 7 mil livros. O Arquivo Público Municipal foi instituído pela Lei nº 2.135/2010. Nenhum museu foi identificado para fruição e valorização da arte e do patrimônio local.

*Tabela 14 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca*



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.2.2.2.3 Atrativos Culturais

Foram inventariados 12 atrativos culturais, organizados e definidos a partir de elementos culturais materiais e imateriais, os quais, ao serem utilizados para fins turísticos, passam a atrair fluxos turísticos. São eles:



- Festas e Celebrações: ExpoRaul;
- Músicas e Danças: CarnaRaul;
- Festas e Celebrações: Encontro de Vôo Livre;
- Festas e Celebrações: Semana Santa ao Vivo;
- Saberes e Fazeres: Artesanato de Elizabeth Aparecida Theza Gomes;
- Músicas e Danças: Corporação Musical Raulsoarense;
- Festas e Celebrações: Aniversário da Cidade;
- Festas e Celebrações: Festa do Padroeiro São Sebastião;
- Edificações: Estação Ferroviária de Raul Soares;
- Saberes e Fazeres: Esculturas em ferro de Reginaldo;
- Obras de Arte: Conjunto de Vitrais da Igreja Matriz;
- Edificações: Biblioteca Municipal Prof. Edward Leão.

*Tabela 15 Atrativos Culturais*

**Sra. Elizabeth Aparecida Theza Gomes**



**Corporação Musical Raulsoarense**





**Estação Ferroviária de Raul Soares**



**Esculturas em ferro de Reginaldo**



**Vitrais da Igreja Matriz**



**Biblioteca Pública Municipal prof. Edward Leão**



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Sobre a gastronomia de Raul Soares não foi identificado nenhum produto gastronômico de referência da localidade.

### 3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

As informações disponíveis para Raul Soares na MUNIC 2014 apontam a presença de atividades artesanais no município, principalmente nas áreas do bordado, costura e trabalhos em madeira e metal.

Foi destacada a existência de artistas e grupos de teatro, dança, capoeira, música – banda e coral –, blocos de carnaval e manifestações populares.

Os principais grupos em atividade são a Corporação Musical Raulsoarense, a Associação Teatral Pró Semana Santa, a Associação Comunitária da Imagem e do Som e o Clube da Melhor Idade, que oferece aulas de dança e tem um bloco caricato no carnaval.



*Figura 12 Encenação da Paixão de Cristo – Associação Teatral Raulsoarense, em 2009.*

Fonte: [goo.gl/0dHNI3](http://goo.gl/0dHNI3)

De acordo com informações do Programa Bandas de Minas, a Banda de Música Santa Cecília foi criada em 1961 e, desde então, participa de praticamente todos os eventos civis e religiosos do município, tendo se tornado uma das principais formas de expressão e um dos mais tradicionais símbolos da cultura da cidade. Em 1980, através de seu registro CNPJ, assumiu o nome de Corporação Musical Raulsoarense, dando continuidade ao trabalho artístico e de formação de inúmeros músicos da comunidade. Aos 55 anos de existência, a

instituição possui sede própria e é objeto de registro como bem da cultura imaterial do município. Atualmente, conta com 25 integrantes de várias idades.



*Figura 13 Apresentação da Corporação Musical Raulsoarense*

Fonte: <http://www.programabandasdeminas.com.br/bandas/83>

Constam como instituições culturais autorizadas pela Lei nº 2.263/2014 a receber subvenções, contribuições e auxílios financeiros no exercício de 2015 associações comunitárias e outras, de cunho sociocultural e esportivo, sendo elas: Associação dos Músicos de Raul Soares e região; Associação Desafio Jovem Nova Vida; Associação dos Damistas; Associação Teatral Raulsoarense; Centro Cultural Capoeira Lendário Mangangá; Corporação Musical Raulsoarense; Grêmio Recreativo Cultural Carnavalesco Bloco da Pelada; e Liga das Escolas de Samba de Raul Soares.

As pesquisas de campo indicaram, também, a importância das manifestações religiosas, conforme apresentado no item relativo ao calendário cultural local, a seguir.

### 3.2.2.4 Calendário Cultural

Os principais eventos do calendário cultural em Raul Soares são:

- Janeiro: festa de São Sebastião, padroeiro da cidade, com procissões, missas, shows musicais e barraquinhas – dia 20;
- Fevereiro: festejos de carnaval, realizado desde os anos 1920, com shows artísticos, blocos carnavalescos e desfiles de escolas de samba;
- Abril: celebrações de Semana Santa, incluindo missas, procissões, shows musicais e representação teatral ao vivo, tradição local há mais de 40 anos;
- Julho: Exposição Agropecuária, Comercial e Industrial - Expo Raul. Evento tradicional, já em sua 33ª edição, com exposição de animais, concurso de marcha, shows artísticos, leilões e torneio leiteiro;
- Setembro: aniversário da cidade – dia 19;
- Dezembro: CarnaRaul, com shows artísticos e barraquinhas;
- Dezembro: encontro de vôo livre, evento que ocorre desde 1995.

*Tabela 16 Calendário Cultural*



Fonte: [http://www.raulsoares.mg.gov.br/Galerias\\_de\\_imagens](http://www.raulsoares.mg.gov.br/Galerias_de_imagens)

### 3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

O IMRS considera a legislação de proteção do patrimônio material e imaterial um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir passo importante para a implementação de uma política pública de proteção do patrimônio cultural como um todo.

Raul Soares possui Lei de Proteção do Patrimônio Cultural – a Lei nº 2016/2006, que criou os institutos do tombamento e do registro. Também possui Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – COMPAC, principal mecanismo de participação e controle social da política em tela.

No organograma da prefeitura o setor responsável pela política de patrimônio é a gerência de Patrimônio Histórico e Cultural, subordinada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Segundo a Lista de Bens Protegidos, exercício 2017, do IEPHA, são os seguintes os bens tombados pelo município:

- Conjunto paisagístico Praça Doutor Durval Grossi (0,1471ha);
- Imagem do Senhor Morto;
- Conjunto de vitrais da Igreja Matriz de São Sebastião (03/04/2002);
- Santuário de São Sebastião (03/04/2002).



*Figura 14 Acervo da Prefeitura de Raul Soares*

Fonte: IEPHA, 2016

Em âmbito federal foi realizado o registro da Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira de Raul Soares. A Corporação Musical Raulsoarense, por sua vez, é um bem cultural imaterial registrado em 27/09/2010. Já as praças Padre José Domingues e Dr. Durval Grossi (e seu coreto) fazem parte do Inventário de Proteção ao Acervo Cultural do município.

### 3.2.2.6 Educação Patrimonial

Em 2015, conforme documentação entregue ao IEPHA referente ao ICMS Patrimônio Cultural, o município participou da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural. Foi realizado o evento “Patrimônio ao vivo: tem banda na praça”, em comemoração ao aniversário da cidade, com apresentações de composições tradicionais e populares pela Corporação Musical Raulsoarense, bem imaterial registrado.

O município desenvolve o projeto de educação patrimonial EDUCAR na rede municipal de ensino, em conformidade com as orientações da Deliberação Normativa do CONEP 02/2012. O objetivo é favorecer o conhecimento do patrimônio cultural da cidade conscientizando os alunos quanto à cidadania, à identidade cultural e à memória. A metodologia proposta pelo IEPHA consiste no desenvolvimento de aulas, palestras, debates, pesquisas, entrevistas, redações, maquete, visita guiada ao bem cultural escolhido e feira cultural.

Ademais, Raul Soares realizou em 2015 o projeto de educação patrimonial “Conhecendo a Banda”, voltado para a valorização da Corporação Musical Raulsoarense e, principalmente, para o público de crianças e adolescentes. O projeto foi desenvolvido pela Escola Municipal Coronel João Domingos, com os alunos da 4ª série.



*Figura 15 Desenhos dos alunos da E.M.C. João Domingos*

Fonte: IEPHA, 2016

### 3.2.3 Esporte e Lazer

#### 3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a

construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial. É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Raul Soares, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

### **3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão**

A gestão da política de esporte e lazer em Raul Soares é atribuição da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, instituída pela Lei nº 2.228 de 20 de dezembro de 2013.

Em entrevista realizada durante o levantamento de dados em campo, o representante municipal informou que a prefeitura de Raul Soares não desenvolveu Plano Municipal de Esporte e Lazer, embora a Política Nacional do Esporte assinala que é papel do município

“criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”. Entretanto, este documento está em processo de elaboração através dos trabalhos do Conselho Municipal, que conta com participação da sociedade civil.

O entrevistado informou, ainda, que o município possui sistema de informações e indicadores para planejar, monitorar e avaliar a gestão da política de esporte e lazer.

### 3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Em pesquisa realizada no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes constatou-se a existência de Conselho Municipal de Esporte, instituído pela Lei nº 2.198 de 25 de Março de 2013. O Conselho encontra-se ativo e, segundo o gestor público entrevistado em campo, é consultivo e de representação paritária.

### 3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Raul Soares possui Fundo Municipal de Esportes e Lazer – FMEL, instituído pela Lei nº 2.268 de 31 de março de 2015. De acordo com o Art. 3º desta Lei, a gestão do FMEL é uma atribuição da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, sendo suas fontes de recursos provenientes de dotação orçamentária própria, contribuição, transferências, subvenções, doações e outras.

Segundo o representante municipal entrevistado, não há legislação de incentivo ao esporte e/ou lazer em Raul Soares.

O entrevistado informou haver dotação orçamentária específica para o esporte e o lazer, equivalente em média a 5% do orçamento total da prefeitura. De acordo com ele, a prefeitura utiliza recursos próprios para promover, fomentar e apoiar iniciativas desses setores.

Segundo o indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer<sup>18</sup>”, do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS “Esporte e Lazer”, os gastos orçamentários de Raul Soares nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram, conforme indicado as prestações de contas anuais, 0,2% do total do orçamento municipal em 2013. Em 2009, esse percentual era de 0,7% (FJP, 2013), apresentando supressão de 0,5% no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013.

#### 3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Em levantamento junto à Secretaria de Estado de Esportes, obteve-se a informação de que o município de Raul Soares tem participação efetiva nos Jogos Escolares de Minas Gerais, tendo inclusive sediado algumas das etapas dessa competição nos últimos anos.

Em 2013, a Associação Ajudôu teve um projeto aprovado pela Lei de Incentivo ao Esporte Estadual, no Edital 02/2013. O projeto “Esporte Cidadão” foi desenvolvido em dois municípios, dentre eles Raul Soares. O referido projeto obteve êxito na captação de 100% de seu valor e teve a sua execução encerrada.

Já na pesquisa de campo foi observado que as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: Copa Raul Soares de Futsal; Raulzão Campeonato Municipal de Futebol Amador; Encontro de Vôo Livre; Encontro de Motociclista; Encontro de Trilheiros; Olimpíadas de Raul Soares; e Encontro de Canoagem.

---

<sup>18</sup> O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município (FJP, 2013).

De modo complementar, informa-se que no indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte<sup>19</sup>”, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS “Esporte e Lazer”, “Raul Soares, com um índice de 12 em 2012, situava-se entre os 379 municípios mineiros que implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer” (FJP, 2013).

Em análise do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário – Critério Esportes (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei nº 18.030/2009), ano base 2015, Raul Soares obteve 672 pontos e se posicionou em 63º no ranking. O percentual financeiro destinado ao município em função de tal pontuação é de 0,533% do ICMS total arrecadado (MINAS GERAIS, 2016).

O ICMS Esportivo é um programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar: a realização de programas/projetos esportivos; a organização da política esportiva dos municípios; e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte. Para participar do Programa, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular de seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base, ano civil imediatamente anterior ao de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

### 3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

O município possui cinco espaços ou infraestruturas de lazer e entretenimento que constituem locais de realização de passeios, encontros, piquenique, lazer, eventos, atividades físicas, esportivas e culturais da cidade. São eles:

- Praça Durval Grossi;

---

19 O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices



- Praça Padre José Domingues;
- Associação Esportiva Raulsoarense;
- Ginásio Poliesportivo Deputado Leopoldo Besson;
- Parque de Exposição Wiron Francisco de Souza Xavier.

*Tabela 17 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer*

<b>Praça Durval Grossi</b>	<b>Ginásio Poliesportivo Deputado Leopoldo Besson</b>
	
<b>Associação Esportiva Raulsoarense</b>	<b>Praça Padre José Domingos.</b>
	

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### 3.3 Clipping de Notícias

O *clipping* de notícias foi realizado no principal sítio de busca da *internet*, o *google*<sup>20</sup>, a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao Evento e por ordem de relevância<sup>21</sup>. As taxonomias utilizadas foram: I) Raul Soares E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Raul Soares E barragem de Fundão.

A tabela abaixo apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município, tendo lançado-se mão de uma amostra.

*Tabela 18 Clipping de notícias de Raul Soares*

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
<b>Sistema Estadual do Meio Ambiente trabalha na região afetada</b>	12/11/15	Agência Minas Gerais	goo.gl/Q1lwKc	Nacional	Neutro
<b>Um ano do rompimento da barragem de Fundão</b>	26/10/16	Ministerio Publico de Minas Gerais	goo.gl/9UVz03	Nacional	Negativa

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

As notícias encontradas se referem, em geral, a listagens nas quais constam uma série de outros municípios atingidos. Entre elas, encontra-se o sítio Agência Minas Gerais<sup>22</sup>, que

---

20 [goo.gl/46bXSx](http://goo.gl/46bXSx)

21 O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 11/01/2016.

22 [goo.gl/Q1lwKc](http://goo.gl/Q1lwKc)

noticiou, dias após o Evento, que o SISEMA (Sistema Estadual de Meio Ambiente) tem trabalhado na região afetada realizando a análise da qualidade da água da barragem rompida. A notícia reforça que a turbidez desta deve-se à presença do rejeito do minério, o que prejudica a vida aquática. Ratifica, ainda, que desde o Evento todas as atividades da Samarco foram embargadas e que a empresa só estava autorizada a desenvolver ações emergenciais e na prevenção de danos.

A notícia divulgada no site do Ministério Público de Minas Gerais<sup>23</sup> com a campanha “#não esqueça Mariana- um ano do rompimento da barragem de Fundão”, reforça que desde o Evento o Ministério Público tem trabalhado em diversas frentes. A notícia divulga também uma reportagem especial, “Da lama à luta”, que disponibiliza áudios de entrevistas realizadas em Mariana, Bento Rodrigues e Paracatu. O sítio traz, ainda, uma listagem das ações judiciais embargadas na Samarco, depoimentos de promotores de justiça e moradores. Por fim, são listados todos os veículos estaduais, nacionais e internacionais que divulgaram o Evento.

Nesse sentido, deve-se considerar a fundamentação do conteúdo crítico desta notícia, que enfatiza a maneira como ocorreu o Evento descrevendo os momentos, as ações direcionadas à Samarco, os relatórios dos órgãos públicos e a repercussão nas mídias nacional e internacional.

Finalmente, observa-se que nenhuma das notícias se reportam diretamente ao município de Raul Soares, embora seu nome apareça listado em ambas. A imagem abaixo se refere à nuvem de termos<sup>24</sup> resultante do texto da notícia descrita e analisada. Pode-se verificar que alguns dos termos mais presentes são “ação”, “atingido”, “Samarco”, “Meio Ambiente” e “Mariana”. É interessante destacar que a alta frequência do termo “ação” se coaduna com a análise acima realizada, que enfatiza as ações judiciais sofridas pela empresa.

---

23 [goo.gl/9UVz03](http://goo.gl/9UVz03)

24 Ferramenta disponível no sítio [goo.gl/IGroPL](http://goo.gl/IGroPL).



são ONGs<sup>28</sup> com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia<sup>29</sup>, que conta com artigos, experimentos, relatórios e base de dados.

*Tabela 19 Síntese de citações*

<b>Município de Raul Soares</b>		
<b>Coleção Academia</b>	<b>Link de acesso</b>	<b>Menção</b>
<b>UFJF &amp; UFMG   A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água</b>	<a href="http://goo.gl/sximc2">goo.gl/sximc2</a>	Não
<b>POEMAS   Antes fosse mais leve a carga</b>	<a href="http://goo.gl/uGkSiU">goo.gl/uGkSiU</a>	Sim
<b>POEMAS   Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce</b>	<a href="http://goo.gl/fBQ4kL">goo.gl/fBQ4kL</a>	Não
<b>POEMAS   Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento</b>	<a href="http://goo.gl/jTkhRX">goo.gl/jTkhRX</a>	Não
<b>ORGANON   Impactos socioambientais no Espírito Santo</b>	<a href="http://goo.gl/t9TRE2">goo.gl/t9TRE2</a>	Não
<b>POEMAS   Pedras de sangue e choro maculam a vertente</b>	<a href="http://goo.gl/1p3qra">goo.gl/1p3qra</a>	Não
<b>UFES   Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras</b>	<a href="http://goo.gl/M7Mwqb">goo.gl/M7Mwqb</a>	Não
<b>CESÁR GARAVITO (ORG.)   Human Rights in minefields</b>	<a href="http://goo.gl/4oN12m">goo.gl/4oN12m</a>	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

28 Organização Não Governamental

29 Atualizada em 04/11/2016. Ver [goo.gl/LPOqWr](http://goo.gl/LPOqWr)

Na Tabela 19, é possível observar que o município de Raul Soares foi mencionado em uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS<sup>30</sup> / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”, de dezembro de 2015, as informações sobre o Evento são mobilizadas para refletir a respeito da atividade mineradora no Brasil<sup>31</sup>.

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás<sup>32</sup>. No documento, observa-se que a primeira menção a Raul Soares se trata de uma listagem<sup>33</sup>. Nela, descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento.

---

30 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

31 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: [goo.gl/1soM41](https://goo.gl/1soM41) Copy short U

32 [goo.gl/iNI4dg](https://goo.gl/iNI4dg) short URL

33 Página 55.



**Síntese**

## 4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

### 4.1 Turismo

No âmbito da gestão institucional, considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o Plano Municipal de Turismo (PMT), o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do turismo no município. Nesse sentido, verifica-se que em Raul Soares o Sistema de Turismo está consolidado de acordo com as diretrizes nacionais do setor. Conforme o gestor público entrevistado durante o levantamento de campo, o turismo se constitui em setor muito importante para Raul Soares, tendo em vista que apresenta, durante todo o ano, grandes eventos e possibilidade de exploração dos atrativos naturais que tenham grande representatividade na região. Ademais, o entrevistado afirma considerar importante o diálogo com a sociedade civil, fazendo com que as decisões relacionadas ao setor sejam participativas.

Desse modo, as potencialidades do município apresentadas no Diagnóstico são os eventos e os atrativos naturais. O Lago do Emboque, o Pico do Boachá, as praças centrais e o Santuário São Sebastião são os principais pontos turísticos do município e sua característica marcante são os seguintes segmentos: aventura, religioso, lazer e cultural. Sua oferta de infraestrutura de equipamentos e receptivo no município (hotéis, restaurantes e bancos) é considerada boa e suficiente.

Já as principais fragilidades diagnosticadas são a relação entre o poder público e a iniciativa privada, considerada péssima pelo entrevistado, verificando-se a necessidade do estabelecimento de parceria dessa natureza, bem como a ausência de sensibilização por parte da população local para o turismo. Além disso, falta empenho do poder público na regulamentação de legislação de incentivo ao setor, bem como na construção/regulamentação de Plano Municipal de Turismo.

Sendo assim, diagnostica-se que Raul Soares possui insuficiência em relação ao desenvolvimento do turismo, especialmente naquilo que se refere à relação entre os empresários e o poder público.

## 4.2 Cultura

Durante o levantamento de dados em Raul Soares, os entrevistados indicaram que a cultura é muito importante, tendo em vista que “a cidade sempre teve a manifestação cultural e representativa em toda região ao longo de sua história, através de eventos tradicionais como o carnaval com desfiles das escolas de samba e blocos caricatos, a festa do padroeiro e a Corporação Musical”.

Através dos dados coletados foi possível observar as potencialidades diversificadas do município, representadas especialmente pelas festividades que ocorrem ao longo do ano e pelas tradições locais que atraem visitantes de toda a região.

Cabe salientar a participação do município na Política Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural e a importante recuperação de pontuação obtida no exercício 2017, que representará aumento no repasse de recursos do ICMS Cultural no ano vigente.

Além disso, é fundamental destacar que o município aderiu ao Sistema Nacional de Cultura e já conta com boa parte da legislação e dos instrumentos necessários à implementação da política cultural local.

Entretanto, ainda falta regulamentar e colocar em prática tais instrumentos, além de garantir ações continuadas e permanentes, não apenas investindo grande parte do orçamento na realização de festas e eventos em datas comemorativas – como se constata nos documentos orçamentários –, mas também em atividades de produção cultural.

Nesse sentido, a elaboração do Plano Municipal de Cultura e o lançamento de editais de fomento e financiamento via lei e Fundo Municipal de Cultura serão medidas importantes para fortalecer a produção local e estimular novas iniciativas culturais em Raul Soares.

## 4.3 Esporte e Lazer

Raul Soares apresenta estrutura de gestão do esporte e do lazer sistematizada. Conforme salientado no Diagnóstico, diferentemente da maioria dos municípios do interior do estado, nos quais a gestão da política dos referidos setores se constitui em atribuição de órgão que

acumula a função de gerir distintas políticas, em Raul Soares tal gestão é realizada exclusivamente por um órgão.

O representante municipal entrevistado informou haver dotação orçamentária específica para a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, destinada à promoção, fomento e apoio aos setores, sendo esta equivalente, em média, a 5% do orçamento total da prefeitura.

Raul Soares possui Fundo Municipal de Esportes e seu Plano Municipal de Esportes está em processo de elaboração. Entretanto, não foi mencionada pelo entrevistado a existência de qualquer legislação que apoie e incentive uma política esportiva e de lazer municipal.

Quanto à adesão deste município em ações promovidas pela Secretaria de Estado de Esportes, foi registrado que Raul Soares tem participação em três programas: Jogos Escolares de Minas Gerais, ICMS Solidário – Critério Esportivo – e Lei de Incentivo ao Esporte Estadual.

O projeto aprovado pela Lei de Incentivo ao Esporte Estadual teve 100% do recurso financeiro necessário captado e a sua execução encerrada. Além disso, o Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que se encontra ativo, permitiu a participação de Raul Soares em programas que lhe proporcionaram uma melhoria na arrecadação financeira municipal, tais como, o ICMS Solidário – Critério Esportivo.

O representante municipal reconhece que o esporte é muito importante para o município, pois a população é tradicionalmente envolvida nas atividades desse setor, que em Raul Soares possui representatividade regional, atraindo visitantes. Para ele, o município apresenta estruturas físicas diversas para a prática de esportes e lazer. As principais modalidades esportivas praticadas no município são: ciclismo, mountain bike e futebol de campo. Já os esportes especializados e as artes marciais são as maiores potencialidades. Contudo, a falta de apoio financeiro foi citada como a fragilidade central do desenvolvimento do esporte local.

O entrevistado também afirmou que o lazer é muito importante para o desenvolvimento social e econômico de Raul Soares, além de contribuir no combate aos males do “novo século”. Para ele, os eventos, clubes esportivos e recreativos, bares e restaurantes são as

potencialidades observadas no município. Todavia, a falta de recursos para o desenvolvimento de ações coletivas é a principal fragilidade observada para o lazer local.

Ainda de acordo com o entrevistado, as ações prioritárias que podem ser desenvolvidas no município para o desenvolvimento do esporte e do lazer são:

- Patrocínio de eventos tradicionais;
- Doação de equipamentos para entidades sem fins lucrativos;
- Promoção de ação de fortalecimento durante o ano inteiro;
- Criação de atividades itinerantes anuais e regionais.

Além disso, o Diagnóstico permitiu observar que a qualificação profissional dos agentes públicos e a ampliação dos investimentos em programas de esporte e lazer com atividades diversificadas são medidas necessárias à elevação da qualidade de vida da população.



**Avaliação de Impactos**

## 5 Avaliação de Impactos

### 5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 20 Tabela 20.

*Tabela 20 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão*

<b>Componente Ambiental</b>	<b>Impactos identificados</b>
<b>Turismo</b>	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
<b>Cultura</b>	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
<b>Esporte</b>	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 21 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
<b>Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento</b>											
<b>Impacto sobre atrativos turísticos</b>											
<b>Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo</b>											
<b>Impacto econômico no setor turístico</b>											
<b>Impacto no Fluxo Turístico para o Município</b>											
<b>Impacto ambiental e na paisagem</b>											

<b>Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva</b>											
<b>Impacto sobre Bens Imóveis</b>											
<b>Impacto sobre Bens Culturais Imateriais</b>											
<b>Impacto sobre Bens Móveis</b>											
<b>Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural</b>											
<b>Alteração de Costumes Locais</b>											
<b>Alteração na Agenda Cultural</b>											
<b>Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas</b>											
<b>Alteração do Calendário Esportivo</b>											
<b>Alteração de atividades de entidades esportivas</b>											
<b>Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas</b>											
<b>Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte</b>											
<b>Impacto sobre Espaços de Sociabilização</b>											

<b>Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer</b>												
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

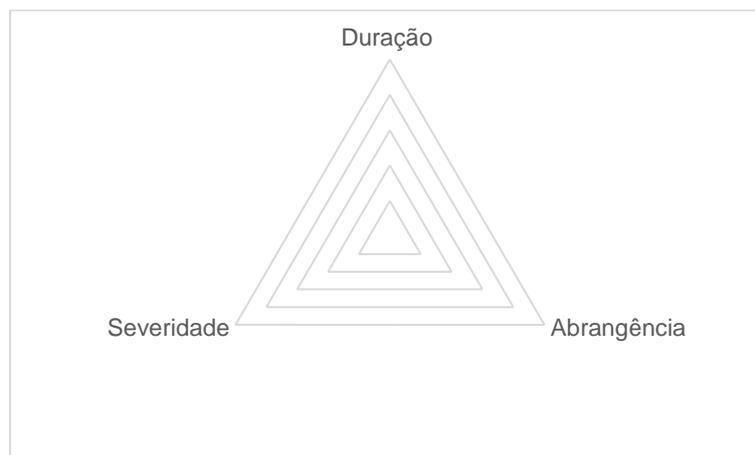
Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

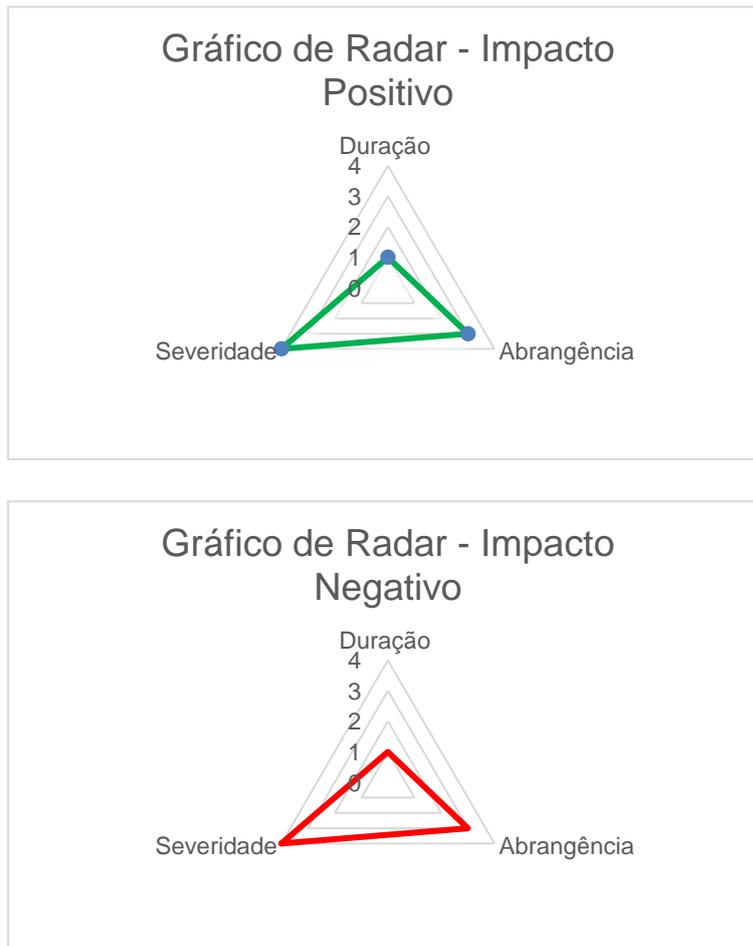
A Figura 17 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



*Figura 17 Modelo de Gráfico de Radar*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 18, a seguir:



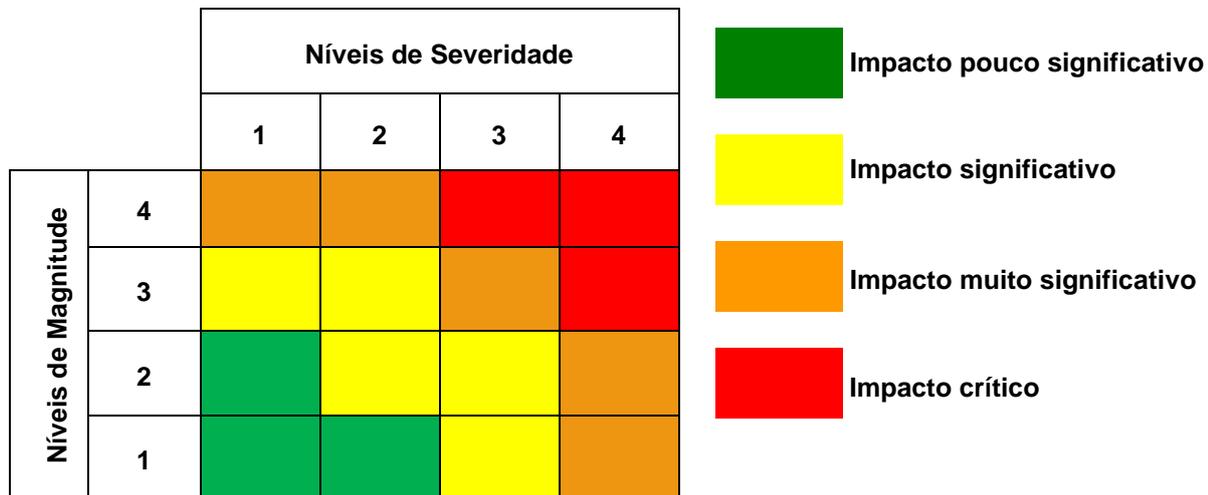
*Figura 18 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 19 exemplifica a classificação Significância dos impactos:



*Figura 19 Classificação da Significância de Impactos*

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

## 5.1.1 Definições e Conceitos

### 5.1.1.1 Efeito

Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

### 5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.



- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

### 5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

#### 5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
  - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
  - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

#### 5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

##### 5.1.1.5.1 Turismo

**Impacto:** Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.



**Impacto:** Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

**Impacto:** Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

**Impacto:** Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;



- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

**Impacto:** Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

**Impacto:** Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

**Impacto:** Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

**Impacto:** Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;



- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

**Impacto:** Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

**Impacto:** Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

**Impacto:** Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

**Impacto:** Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;



- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

#### 5.1.1.5.2 Cultura

**Impacto:** Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

**Impacto:** Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

**Impacto:** Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);



- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

**Impacto:** Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

**Impactos:** Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

**Impactos:** Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

**Impacto:** Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

**Impacto:** Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

#### 5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

**Impacto:** Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

**Impacto:** Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

**Impacto:** Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

**Impacto:** Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

**Impacto:** Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

**Impacto:** Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

**Impacto:** Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

#### 5.1.1.5.4 Lazer

**Impacto:** Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

**Impacto:** Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

## 5.2 Resultados

A avaliação dos impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão sobre o município de Raul Soares requer considerar a configuração do trajeto do rio Doce no território local. Nesse aspecto, observa-se que a sede municipal de Raul Soares dista aproximadamente 32 km (em linha reta) do rio Doce e não foram identificadas comunidades rurais localizadas às margens deste curso d'água.

Considerada esta configuração socioterritorial da relação do município com o rio Doce, identificaram-se 1 impacto relativo aos temas do turismo, da cultura, e do esporte e lazer em Raul Soares.

### 5.2.1 Impacto sobre a Imagem do Município

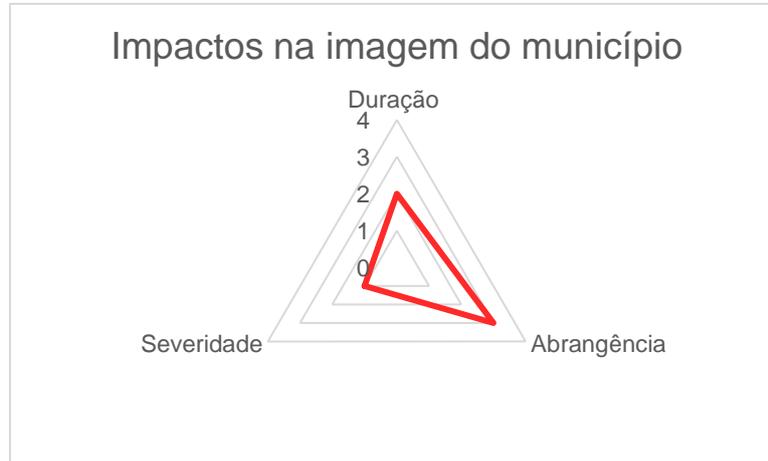
O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão nos níveis regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado a mídia e a ciência.

Esse conjunto de comunicações midiáticas e de produções científicas repercutiu sobre a imagem de Raul Soares, conforme se pode verificar por meio da análise procedida a partir da montagem de um clipping de notícias e de um recorte amostral de artigos científicos.

Sendo essas notícias publicadas por veículos de destaque nos âmbitos nacional e regional se referem em geral, a listagens nas quais constam uma série de outros municípios atingidos, nenhuma das notícias se reportam diretamente ao município de Raul Soares.

Este impacto é considerado negativo, direto, de média duração (2), considerando que a recuperação desta área deverá durar um período de até cinco anos, e de abrangência municipal (3), uma vez que incide sobre a imagem deste, sem maiores repercussões. A severidade do impacto foi considerada como baixa (1), em função da quantidade de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento com a vinculação do nome do município.

Gráfico 2 Impacto na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em função destas características, este impacto foi classificado como significativo (2).

Tabela 22 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação						Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação				
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
<b>Impacto na imagem do município após o Evento</b>	Divulgação de notícias e artigos	IN	ID	2	3	1	2	Recuperação da Estrutura Afetada  Apoio e fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer	1	1	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



**Créditos e Referências**

## 6 Créditos e Referências

### Entrevistados no município

*Tabela 23 - Listagem de participantes de reunião institucional em Raul Soares*

Nome	Nome do órgão/setor
<b>Elizabeth Aparecida Theza Lopes</b>	Secretaria de Turismo e Cultura (Agente Administrativo)

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

### Equipe Técnica

*Tabela 24 Equipe técnica*

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
<b>Maria Fernandes</b>	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Lucas Roque</b>	Antropólogo	Coordenação técnica / Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Jaqueline Vilela Custódio</b>	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Aline Santos</b>	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Cláudio Letro</b>	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

<b>Sylvana Pessoa</b>	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Juca Villaschi</b>	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Ana Pacheco</b>	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Marcos Knupp</b>	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Suzana Fernandes de Paula</b>	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Lise Costa</b>	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Sidney Daniel Batista</b>	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Gabriel Alkmin</b>	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Raquel Guerra</b>	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Flávia Said</b>	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Sabrina Almeida</b>	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Paula Boarin</b>	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP



<b>Caroline Chaves</b>	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Rúbia Meireles</b>	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Marina Naves</b>	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Tiago de Jesus Brito</b>	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Moacir Salles</b>	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Maria Cecília Pedrosa</b>	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Laetitia Jourdan</b>	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Victor Massini</b>	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Bianca Aparecida Fonseca</b>	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Sara Christina do Nascimento</b>	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Shirley Maclane Nunes Brito</b>	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Bárbara Natali Soares Guimarães</b>	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Lucas Motta</b>	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

<b>Laura Esther Silva Barbosa</b>	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Tatiane Carvalho Bispo</b>	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Mariene Luiza da Rocha</b>	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Maele Fernanda de Almeida</b>	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco</b>	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Douglas André Rinco</b>	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Ronilson Breder</b>	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
<b>Verônica Gonzaga Oliveira Gomes</b>	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
<b>Jéssica Camila Rocha de Azevedo</b>	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

## Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BRASIL Ministério da Cultura, Cadernos de orientação para os estados, 2012.

Disponível

em:<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148Guia-de-orienta%25C3%25A7%25C3%25B5es-para-os-Estados-SNC-Perguntas-e-Respostas-dezembro-de-2012.pdf/dde2db14-f3bb-4cc3-8812-328895390e64>. Acesso: 20/01/2017.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2017.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. RAUL SOARES [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), VISITADO EM 10/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUTURA, Matriz de Hierarquização de iniciativas, 2016.

[HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF). VISITADO EM 8/12/16.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=\\_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA.  
ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RAUL SOARES EXERCÍCIO  
2017.

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE  
SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL RAUL SOARES IMRS.FJP.MG.GOV.BR. ACESSADO EM  
27.11.2016.

MINAS GERAIS, Fiscalizando com o TCE, disponível em:  
<http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>. Acesso em 20/12/2016.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE  
CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016,  
ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:  
[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO\\_SOBRE\\_MINAS/](HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/). ACESSO EM: 13/01/2017.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE,  
2016. DISPONÍVEL EM: <<HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/>> ACESSO EM: 26/11/2016

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IGBE, 2014.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE RAUL  
SOARES

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE  
DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA  
DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS  
TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009.  
DISPONÍVEL EM: < <HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS> >. ACESSO EM: 23/11/2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2017.

SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO: <http://www.raulsoares.mg.gob.br>

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.

BENI, M.C. ANÁLISE ESTRUTURAL DO TURISMO. SÃO PAULO. SENAC, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. INTRODUÇÃO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. BRASÍLIA, 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA. GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA OS MUNICÍPIOS: PERGUNTAS E RESPOSTAS. DEZEMBRO DE 2012, DISPONÍVEL EM

[HTTP://BLOGS.CULTURA.GOV.BR/SNC/FILES/2011/01/CARTILHA-SNC.PDF](http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2011/01/cartilha-snc.pdf)

[HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/ICMS/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf).

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. SÍTIO DA LEI ROBIN HOOD. [WWW.FJP.MG.GOV.BR/ROBIN-HOOD/](http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/)

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RAUL SOARES. EXERCÍCIO 2017.

PERFIL DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: CULTURA: 2014/IBGE, COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2015.

DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD EM

[HTTP://BIBLIOTECA.IBGE.GOV.BR/VISUALIZACAO/LIVROS/LIV95013.PDF](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95013.pdf) E O BANCO DE DADOS EM  
[HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR/HOME/ESTATISTICA/ECONOMIA/PERFILMUNIC/CULTURA\\_2014/DEFAULT.SHTM](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm)

PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FISCALIZANDO COM O TCE  
MINAS TRANSPARENTE [HTTP://FISCALIZANDOCOMTCE.TCE.MG.GOV.BR/HOME/INDEX](http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/home/index)

BASE DE DADOS DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS. SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS  
PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS.  
2016.

SITE PROGRAMA BANDA DE MINAS. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.PROGRAMABANDASDEMINAS.COM.BR/BANDAS/83](http://www.programabandasdeminas.com.br/bandas/83). ACESSO 06/01/17

PREFEITURA, RAUL SOARES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.RAULSOARES.MG.GOV.BR/GALERIAS\\_DE\\_IMAGENS](http://www.raulsoares.mg.gov.br/galerias_de_imagens). ACESSO:06/01/2017